



Demonstrações Financeiras 2022

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento de Espumoso - Sicredi
Espumoso RS/MG**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**





Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - sala 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil

Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG
Espumoso - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 16 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F


Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

Relatório da Administração

Nossa jornada completou seus 120 anos no Brasil em 2022, a partir da fundação da primeira cooperativa de crédito, em 28 de dezembro de 1902. O objetivo da primeira cooperativa foi melhorar as condições de vida das pessoas que viviam naquela comunidade e ele segue atual, fazendo parte do nosso propósito e das nossas ações. Colaborar com o desenvolvimento e a transformação social das regiões onde atuamos é uma das nossas premissas desde a nossa fundação. Isso se dá por meio de iniciativas que entregam um relacionamento diferenciado, cooperativo, e que refletem os valores do cooperativismo, como solidariedade, transparência, responsabilidade e sustentabilidade.

Cenário Econômico

No ano de 2022 vimos um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas commodities. Como resposta a esse cenário, os Bancos Centrais do mundo inteiro decidiram adotar uma postura de aperto monetário, dando início ao ciclo de alta de juros global. O destaque foi o Federal Reserve (o Banco Central dos EUA) que iniciou seu ciclo de alta de juros em março deste ano com os fed funds na faixa entre 0,00% e 0,25% e encerrou o ano de 2022 na faixa entre 4,25% - 4,50%, e deve continuar subindo os juros em 2023. O efeito do aumento da taxa de juros nas economias avançadas contribuiu para reprecificação dos ativos de risco pelo mercado e o aumento da perspectiva de redução do crescimento mundial.

No Brasil, o ciclo de aperto monetário começou no início de 2021, e por conta disso, os dados de inflação já apontam uma tendência desinflacionária. De fato, o Banco Central encerrou o ciclo de alta de juros com a Selic a 13,75% a.a. e deve seguir neste patamar elevado até metade do ano que vem. O efeito da reabertura na atividade econômica influenciou o bom crescimento do PIB no primeiro semestre de 2022, principalmente pelo avanço dos setores de serviços. Porém, a atividade econômica já vem apresentando sinais de acomodação à medida que o efeito da reabertura se esgota e os efeitos da política monetária restritiva se tornam mais evidentes. Além disso, vale destacar a condição da renda das famílias. Se por um lado, a melhora do mercado de trabalho contribuiu para o crescimento da renda, com a população ocupada atingindo recorde de crescimento e a taxa de desemprego passando de 11,2% em janeiro de 2022 para 8,2% na leitura de outubro, por outro, a entrada desses trabalhadores foi acompanhada pelo aumento da inadimplência e do endividamento das famílias, visto o encarecimento do crédito e a escalada dos preços. Por fim, o ano de 2022 se encerra com um novo presidente eleito e preocupações com a política fiscal que será executada nos próximos anos.

Acreditamos que podemos contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais próspera

Somos uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento dos nossos associados e com o desenvolvimento das regiões onde atuamos. Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros, que vão desde conta corrente e cartões até investimentos, seguros, consórcios, máquina de cartões e conta 100% digital, atendendo pessoas físicas, jurídicas e produtores rurais. No nosso modelo de atuação, os recursos captados são reinvestidos na região. Assim, impactamos positivamente a comunidade, estimulando a geração de renda e o crescimento sustentável. Nossos associados são os verdadeiros donos do negócio, com direito a participação nos resultados e nas decisões das cooperativas por meio de voto.

Durante esse período, destacamos os seguintes fatos administrativos:

No ano em que comemoramos os 120 anos de cooperativismo no Brasil, inauguramos um ciclo de mudanças bastante positivas na Sicredi Espumoso RS/MG. Uma série de transformações e rearranjos internos que vêm contribuir com o nosso propósito de expandir e fortalecer a Cooperativa, levando cada vez mais desenvolvimento às comunidades.

Em 2022, tivemos a reestruturação da nossa Sede Regional. Com isso, definimos novos rumos de trabalho e centralizamos os processos, com a intenção de liberar os colaboradores das agências para se dedicarem mais ao atendimento dos associados.

Inauguramos mais duas agências da Cooperativa em solo mineiro – nos municípios de Serranos e Campanha –, alcançando a marca de 16 pontos de atendimento. Aumentamos também o nosso quadro social, com a chegada de mais de cinco mil novos associados, e ultrapassamos o número de 224 colaboradores.

Em solo gaúcho, como forma de melhorar nosso relacionamento com os associados, proporcionando a eles mais conforto, segurança e privacidade, inauguramos as novas instalações da agência de Alto Alegre, cuja ocasião também marcou os 35 anos do Sicredi no município, e concluímos a reforma e ampliação da unidade de atendimento de Jacuizinho.

Enquanto Sistema Sicredi, conquistamos o quarto lugar na certificação internacional Great Place to Work (GPTW), que classifica as melhores empresas para se trabalhar, na categoria Instituições Financeiras – Cooperativas de Crédito. Tal reconhecimento nos enche de orgulho e nos incentiva a continuar investindo no crescimento dos nossos colaboradores, conforme trabalhamos ao longo deste ano.

Acompanhando as transformações digitais que acontecem à nossa volta, concentramos forças em novas parcerias e ferramentas para atender os associados com mais precisão e agilidade. Criamos a Célula de Negócios Digitais, unindo no ambiente virtual os benefícios e comodidades do meio digital à qualidade do nosso atendimento humanizado. Além disso, em dezembro remuneramos o capital do associado em 12,10%.

No próximo ano, continuaremos a trabalhar em prol do crescimento da Cooperativa e em benefício de todos os associados. Em 2023, atuaremos na busca de bons resultados nos campos econômico e social para gerar renda, oportunidades e caminhos que guiem todos à prosperidade.

Valorizamos as pessoas e a diversidade

Nosso compromisso com o desenvolvimento e impacto positivo nas regiões onde atuamos são premissas desde a nossa fundação. A seguir listamos algumas iniciativas realizadas em 2022:

1. Programa União Faz a Vida

Em 2022, o Programa União Faz a Vida, que há 18 anos é desenvolvido na área de abrangência da Sicredi Espumoso RS/MG, esteve presente em 32 escolas dos municípios gaúchos de Alto Alegre, Campos Borges, Espumoso, Jacuizinho e Salto do Jacuí. Mais de três mil alunos e 450 professores desenvolveram projetos através das expedições investigativas do Programa. As mostras de trabalhos dos alunos puderam ser visitadas pela comunidade escolar, dando visibilidade às construções coletivas e ao protagonismo dos alunos. Os investimentos no Programa foram de cerca de 195 mil reais.

2. Cooperativas Escolares

Por meio da trilha de formação Cooperlândia, os alunos têm a oportunidade de vivenciar, na prática, o cooperativismo. Em 2022, trabalhamos na sustentabilidade das cooperativas Cooperic, Coopertex e Cooperisa, e fundamos a Coopermed, no município de Campos Borges. Os investimentos com o Programa superaram o valor de 110 mil reais.

Dentro das diversas atividades desenvolvidas, por meio da intercooperação, os alunos estiveram em Nova Petrópolis, conhecendo a Coeobompa e a Coeobompa Júnior, ambas da Escola Bom Pastor. Eles também participaram de uma expedição ao município de Candelária, onde conheceram a Fecoopes Centro Serra e puderam trocar vivências.

Visando a troca de experiência entre as quatro cooperativas escolares, os alunos participaram, no dia 25/05/2022, do Intercoops, no município de Alto Alegre. Ainda, uma segunda edição da campanha solidária "Natal Cooperativo" foi realizada, que arrecadou alimentos e materiais de higiene pessoal e de limpeza, posteriormente doados à Casa de Amparo do Salto do Jacuí.

3. Educação Financeira nas Escolas

Mais de 1.500 alunos das séries iniciais e ensino fundamental realizaram trabalhos e projetos semanais voltados à educação financeira. Além das atividades nas escolas, a Sicredi Espumoso RS/MG ainda desenvolveu o Programa de Educação Financeira com os jovens do Cimes (Centro de Integração do Menor Espumosenense), uma instituição social que visa o desenvolvimento de crianças e adolescentes carentes por meio de atividades, no turno inverso ao da escola.

No Cimes, professores, monitores, funcionários e comunidade realizaram formação com base na metodologia DSOP, trabalhando a conscientização sobre a importância de se economizar para alcançar objetivos e realizar sonhos.

4. Programa de Jovens Associados

O Programa de Jovens Associados é uma iniciativa educacional, sem fins lucrativos, da Sicredi Espumoso RS/MG, que visa desenvolver esse grupo de pessoas no cooperativismo, a fim de que se tornem protagonistas na Cooperativa e comunidade. Em 2022, 24 jovens participaram dos nove encontros do Programa, podendo vivenciar o cooperativismo e aprender sobre identidade e cidadania.

5. Geração Jovem

A Sicredi Espumoso RS/MG, com o apoio da Greta Consultoria, levou o Projeto Geração Jovem para sete escolas em 2022. Ao todo, 138 alunos do 6º ao 9º ano participaram do Projeto, que busca fortalecer o protagonismo dos estudantes por meio de vivências que favoreçam a cooperação e a cidadania.

6. Dia C

Em 2022, a Sicredi Espumoso RS/MG realizou a ação "Cooperativismo que Alimenta" e arrecadou quase três mil quilos de alimentos, que foram distribuídos no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Em troca da doação, foram entregues, aos participantes, mudas de temperos para o cultivo.

7. Programa Crescer

Ao longo de 2022, cerca de 580 associados participaram da formação de forma presencial e digitalmente, por meio de 25 ações realizadas pela Cooperativa. Com o Programa Crescer, levamos informação aos nossos associados e preparamos as futuras lideranças cooperativistas.

8. Programa Pertencer

Realizamos, durante o ano, formações para os conselheiros e coordenadores de núcleo, com o apoio da Coeducars. Entre os dias 27 e 30/09, os coordenadores de núcleo gaúchos tiveram a oportunidade de viajar e conhecer a área de abrangência da Cooperativa em Minas Gerais.

Nos dias 09 e 10/03, 1.666 associados participaram das assembleias de modo digital.

Reconhecimentos

Há mais de 10 anos, figuramos em alguns dos mais reconhecidos rankings e premiações nacionais, tais como: Melhores e Maiores, da Revista Exame, Valor 1000, do Valor Econômico, Melhores Empresas para Trabalhar, da Revista Você S/A, rankings do Banco Central e BNDES. Em 2022 tivemos a avaliação corporativa elevada pela Moody's. O Sicredi conquistou o rating mais alto da agência, passando de AA+ para AAA, comprovando que tem um dos perfis de crédito mais seguros e menos arriscados avaliados pela agência de classificação de risco. Além disso, fomos reconhecidos como a 4º melhor Instituição Financeira em ranking divulgado pela Revista Forbes, mesma que nos cita como a melhor instituição financeira do Brasil no atendimento físico e digital.

Agradecemos aos nossos associados, colaboradores e parceiros pela dedicação e trabalho contínuo.
Juntos seguiremos construindo uma sociedade mais próspera.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO	1.488.826	1.069.534	PASSIVO	1.164.828	811.295
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	3.178	3.193	DEPÓSITOS (Nota 11)	544.861	333.843
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	1.527.078	1.091.527	Depósitos à vista	126.256	105.835
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	16.406	9.909	Depósitos interfinanceiros	86.780	32.886
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	431.928	166.214	Depósitos a prazo	331.825	195.122
Centralização financeira (Nota 04)	94.238	85.787	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	571.363	440.516
Relações interfinanceiras ativas	409	165	Relações interfinanceiras (Nota 12)	558.368	427.635
Operações de crédito (Nota 07)	952.218	805.154	Obrigações por empréstimos (Nota 13)	6.447	7.978
Outros ativos financeiros (Nota 08)	31.879	24.298	Obrigações por repasses (Nota 14)	46	146
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 07)	(66.319)	(45.291)	Outros passivos financeiros (Nota 15)	6.502	4.757
OUTROS ATIVOS (Nota 09)	3.516	2.557	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS (Nota 16)	606	353
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	19.299	15.537	OUTROS PASSIVOS (Nota 17)	47.998	36.583
INTANGÍVEL (Nota 10)	2.074	2.011	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 18)	323.998	258.239
			CAPITAL SOCIAL	104.539	83.906
			RESERVAS DE SOBRAS	205.949	163.040
			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	13.510	11.293
TOTAL DO ATIVO	1.488.826	1.069.534	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.488.826	1.069.534

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

Descrição das contas	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	110.117	189.339	101.809
Operações de crédito (Nota 07)	80.459	147.403	89.966
Resultado de títulos e valores mobiliários	22.125	29.591	7.962
Resultado das aplicações compulsórias	79	147	55
Ingressos de depósitos intercooperativos	7.454	12.198	3.826
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(56.703)	(92.606)	(32.314)
Operações de captação no mercado (Nota 22)	(20.884)	(32.813)	(9.101)
Operações de empréstimos e repasses	(20.552)	(32.451)	(14.156)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(15.267)	(27.342)	(9.057)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	53.414	96.733	69.495
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(11.613)	(21.237)	(11.886)
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 23)	10.533	20.733	18.662
Rendas de tarifas bancárias	2.279	4.411	3.745
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 24)	(13.141)	(23.977)	(18.352)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 25)	(11.519)	(20.661)	(14.037)
Dispêndios e despesas tributárias	(78)	(163)	(158)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 26)	7.820	11.946	8.178
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 27)	(7.507)	(13.526)	(9.924)
RESULTADO OPERACIONAL	41.801	75.496	57.609
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	41.801	75.496	57.609
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)	171	-	-
Provisão para Imposto de Renda	102	-	-
Provisão para Contribuição Social	69	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.115)	(4.066)	(3.430)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	39.857	71.430	54.179

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG

CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	74.543	126.711	7.377	208.631
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	4.920	-	(7.342)	(2.422)
Outras destinações	-	-	(35)	(35)
Capital de associados				
Aumento de capital	4.486	-	-	4.486
Baixas de capital	(3.102)	-	-	(3.102)
Resultado do exercício	-	-	54.179	54.179
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.455)	(2.455)
Juros sobre o capital próprio	3.059	-	(3.120)	(61)
Reserva legal - Estatutária	-	34.370	(34.370)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.959	(1.959)	-
Fundos estatutários	-	-	(982)	(982)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	83.906	163.040	11.293	258.239
Mutações do Exercício	9.363	36.329	3.916	49.608
Saldos no início do exercício em 01/01/2022	83.906	163.040	11.293	258.239
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	7.530	-	(11.237)	(3.707)
Outras destinações	-	-	(56)	(56)
Capital de associados				
Aumento de capital	5.116	-	-	5.116
Baixas de capital	(2.377)	-	-	(2.377)
Resultado do exercício	-	-	71.430	71.430
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.937)	(2.937)
Juros sobre o capital próprio	10.364	-	(10.899)	(535)
Reserva legal - Estatutária	-	41.116	(41.116)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.162	(1.162)	-
Reserva legal - Doação SFG	-	631	(631)	-
Fundos estatutários	-	-	(1.175)	(1.175)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	104.539	205.949	13.510	323.998
Mutações do Exercício	20.633	42.909	2.217	65.759
Saldos no início do semestre em 01/07/2022 (Não auditado)	92.479	163.040	31.573	287.092
Capital de associados				
Aumento de capital	2.971	-	-	2.971
Baixas de capital	(1.275)	-	-	(1.275)
Resultado do semestre	-	-	39.857	39.857
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.937)	(2.937)
Juros sobre o capital próprio	10.364	-	(10.899)	(535)
Reserva legal - Estatutária	-	41.116	(41.116)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.162	(1.162)	-
Reserva legal - Doação SFG	-	631	(631)	-
Fundos estatutários	-	-	(1.175)	(1.175)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	104.539	205.949	13.510	323.998
Mutações do Semestre	12.060	42.909	(18.063)	36.906

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	53.739	98.971	62.650
Resultado do semestre/exercício	39.857	71.430	54.179
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	13.882	27.541	8.471
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	15.267	27.342	9.057
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	-	-	(350)
Depreciação e amortização	1.505	2.835	1.939
Baixas do ativo permanente	44	48	11
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	3	253	269
Destinações ao FATES	(2.937)	(2.937)	(2.455)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	162.626	145.439	(87.578)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.860)	(6.497)	(1.020)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	7.196	(39.182)	(70.624)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	7.837	(244)	1.349
(Aumento) em operações de crédito	(96.796)	(153.378)	(253.133)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	77.555	130.733	169.693
(Aumento) em outros ativos financeiros	(3.648)	(7.581)	(8.521)
(Aumento) Redução em outros ativos	958	(959)	(1.437)
Aumento em depósitos	163.643	211.018	63.196
Aumento em passivos financeiros	1.330	1.745	290
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(838)	(1.631)	2
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.458)	(2.240)	(1.273)
Aumento em outros passivos	11.707	13.655	13.900
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	216.365	244.410	(24.928)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.273)	(5.963)	(6.165)
Aplicações no intangível	(566)	(745)	(815)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(2.839)	(6.708)	(6.980)
Integralização de capital	2.971	5.116	4.486
Baixa de capital	(1.275)	(2.377)	(3.102)
Fundos estatutários	(1.175)	(1.175)	(982)
Juros ao capital próprio	(535)	(535)	(61)
Distribuição de Sobras	-	(3.763)	(2.457)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(14)	(2.734)	(2.116)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	213.512	234.968	(34.024)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	188.838	167.382	201.406
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	402.350	402.350	167.382

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG
CNPJ/MF nº 87.900.411/0001-11

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Resultado líquido do exercício	39.857	71.430	54.179
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	39.857	71.430	54.179

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Espumoso - Sicredi Espumoso RS/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 27/06/1981 e sede situada na Avenida Mato Grosso, 383, na cidade de Espumoso - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2022, está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2454 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 16 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1) e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2023.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 1.637 (2021 - R\$ 1.998) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa não investida em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata-die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 16%, em atendimento a Medida Provisória nº 1.115, publicada em 29 de abril de 2022, que elevou a alíquota em um ponto percentual e produzindo efeitos durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expressas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	3.178	3.193
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	304.934	78.402
Centralização financeira	94.238	85.787
Total	402.350	167.382

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2022 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2021 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2022				31/12/2021
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	11.985	11.985	9.909
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	4.421	4.421	-
Total	-	-	16.406	16.406	9.909
Total circulante					- 660
Total não circulante					16.406 9.249

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na aquisição e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa refere-se a operações para cobrir as antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 105% do CDI.

As aplicações de CDI são realizadas pelas cooperativas no Banco para garantir às operações de equalização com recursos próprios delas. A taxa é de 100% da Selic.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2022				31/12/2021
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - CPR	12.742	53.201	20.518	86.461	59.004
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	144.079	-	-	144.079	-
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	160.855	-	-	160.855	78.402
Participações de Cooperativas	-	-	40.533	40.533	28.808
Total	317.676	53.201	61.051	431.928	166.214
Total circulante					370.877 123.832
Total não circulante					61.051 42.382

A partir de julho de 2022, o BACEN estabeleceu através da Instrução Normativa BCB Nº 268 de 01 de abril de 2022 que as participações de cooperativas, anteriormente apresentadas na rubrica de outros investimentos, passam a ser classificadas em títulos e valores mobiliários.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos *spreads* de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2022	31/12/2021
Sicredi Participações S.A.	17.179	17.179
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	23.353	11.628
Total	40.533	28.808

Apresentamos abaixo os números de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais dos investimentos em dezembro de 2021, os quais passaram a ser apresentados em dezembro de 2022 em títulos e valores mobiliários participações de cooperativas:

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Número de ações/quotas possuídas	5.573.416 ON	5.573.416 ON	1	1	23.352.822	11.627.919
	11.605.780 PN	11.605.780 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,54%	0,81%	0,62%	0,62%	2,35%	2,00%
Capital social	3.208.211	2.108.211	161	161	994.700	580.337
Patrimônio líquido	3.298.737	2.111.744	369.267	368.071	1.005.243	591.058
Resultado líquido do exercício	115.902	(15.246)	1.195	33.761	-	-
Valor das participações das cooperativas	17.179	17.179	1	1	23.353	11.628

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO
a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2022					31/12/2021	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses			
Empréstimos e títulos descontados	8.362	74.657	149.841	147.469	380.329	325.838	
Financiamentos	579	5.380	16.810	41.120	63.889	55.928	
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.997	70.456	328.724	106.823	508.000	423.388	
Total das operações de crédito	10.938	150.493	495.375	295.412	952.218	805.154	
Avais e fianças honrados (Nota 08)	72	1	18	14	105	194	
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	-	-	612	1.045	1.657	2.263	
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	20.048	6.825	35	26.908	19.546	
Total de outros créditos	72	20.049	7.455	1.094	28.670	22.003	
Carteira total	11.010	170.542	502.830	296.506	980.888	827.157	
Total circulante					684.382	537.108	
Total não circulante					296.506	290.049	

Os valores de títulos e créditos a receber foram reclassificados para a rubrica de valores a receber relativos a transações de pagamento para adequar a contabilização das transações de pagamento por cartão, de acordo com a Carta Circular 3.828/17. A partir de junho de 2022, passamos a apresentar esta abertura na nota explicativa. Estes valores referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às transações com cartão de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
AA	-	12.918	9.034	-	-
A	0,50	244.439	178.273	1.222	891
B	1,00	440.268	430.019	4.403	4.301
C	3,00	141.752	99.723	4.252	2.991
D	10,00	64.482	63.609	6.448	6.361
E	30,00	30.739	18.572	9.222	5.571
F	50,00	4.882	3.211	2.441	1.605
G	70,00	10.257	3.816	7.180	2.671
H	100,00	31.151	20.900	31.151	20.900
Total		980.888	827.157	66.319	45.291

Conforme disposto no Art. 6º da Resolução CMN nº 4.846/20, a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir somente sobre a parcela do crédito cujo risco de crédito é assumido pela Cooperativa e esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 219.420 (dezembro de 2021 - R\$ 169.952) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 29). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 4.970 (dezembro de 2021 - R\$ 3.665) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2022					31/12/2021	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses			
Pessoas físicas	3.824	54.587	116.869	116.071	291.351	246.520	
Rural	1.997	70.456	328.724	106.824	508.001	423.388	
Industrial	75	5.648	4.432	5.548	15.703	14.425	
Comércio	2.086	17.946	31.836	35.617	87.485	76.966	
Pessoas jurídicas	3.028	21.905	20.969	32.446	78.348	65.858	
Total	11.010	170.542	502.830	296.506	980.888	827.157	
Total circulante					684.382	537.108	
Total não circulante					296.506	290.049	

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2022	%	31/12/2021	%
10 maiores devedores	98.529	10,04	82.955	10,03
50 devedores seguintes	162.793	16,60	157.626	19,06
100 devedores seguintes	143.721	14,65	133.836	16,18
Demais	575.845	58,71	452.740	54,73
Total	980.888	100,00	827.157	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	56.091	45.291	37.279
Constituição de provisão	33.396	60.410	37.518
Reversão de provisão	(18.129)	(33.068)	(28.461)
Movimentação de baixados para prejuízo	(5.039)	(6.314)	(1.045)
Saldo final	66.319	66.319	45.291

f) Resultado com operações de crédito:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e títulos descontados	97.129	58.390
Financiamentos	11.409	7.688
Financiamentos rurais e agroindustriais	36.108	21.162
Outros	192	80
Subtotal	144.838	87.320
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	2.565	2.646
Total	147.403	89.966

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 14.566 (2021 - R\$ 10.316).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 07)	26.908	19.546
Rendas a receber	1.952	1.281
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	1.657	2.263
Avais e fianças honrados (Nota 07)	105	194
Transações com cartão de crédito	1.244	1.014
Devedores por depósitos em garantia (Nota 16)	13	-
Total	31.879	24.298

Total circulante	30.772	22.646
Total não circulante	1.107	1.652

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a receber relativos as transações de pagamento, sejam de associados ou do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Os valores a receber relativos a transações de pagamento referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às operações com cartões de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros valores e bens	1.121	817
Adiantamentos e antecipações salariais	75	85
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	345	-
Adiantamentos para Confederação Sicredi	305	299
DI a repassar - Central	69	261
Impostos e contribuições a compensar	292	481
Pendências a regularizar	1.221	581
Portabilidades	-	7
Valores em análise pela SFG	15	16
Outros	41	10
Total circulante	3.484	2.557
Outros valores e bens	32	-
Total não circulante	32	-
Total	3.516	2.557

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	439	485
Imóveis	439	485
Material em estoque	544	273
Despesas antecipadas	170	59
Total	1.153	817

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	26.278	(6.979)	19.299	15.537
Imobilizações em curso	-	1.882	-	1.882	2.773
Terrenos	-	275	-	275	275
Edificações	4%	4.617	(1.272)	3.345	3.515
Instalações	10%	525	(281)	244	150
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	6.967	(1.303)	5.664	3.500
Móveis e equipamentos	10%	7.754	(2.099)	5.655	3.687
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	839	(235)	604	389
Equipamentos de processamento de dados	20%	2.570	(1.353)	1.217	1.095
Veículos	20%	849	(436)	413	153
Intangível		6.789	(4.715)	2.074	2.011
Investimentos Confederação	20%	6.286	(4.633)	1.653	1.693
Outros ativos intangíveis	20%	503	(82)	421	318

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2022				31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	126.256	-	-	126.256	105.835
Depósitos interfinanceiros	-	42.846	43.934	86.780	32.886
Depósitos a prazo	7.179	18.862	305.784	331.825	195.122
Total	133.435	61.708	349.718	544.861	333.843
Total circulante				195.143	121.643
Total não circulante				349.718	212.200

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Repasse interfinanceiros	558.368	427.635
Total	558.368	427.635

a) Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2022				31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	71.947	365.830	86.599	524.376	403.130
Total - Recursos do Crédito Rural	71.947	365.830	86.599	524.376	403.130
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.030	1.487	31.475	33.992	24.505
Total - Outros Recursos	1.030	1.487	31.475	33.992	24.505
Total	72.977	367.317	118.074	558.368	427.635
Total circulante				440.294	345.794
Total não circulante				118.074	81.841

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 15% a.a. com vencimentos até 10/12/2032, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2022				31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.746	4.701	6.447	7.978
Total	-	1.746	4.701	6.447	7.978
Total circulante				1.746	1.312
Total não circulante				4.701	6.666

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasse no País	31/12/2022			31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
BNDÉS	26	20	-	46
Total	26	20	-	46

Total circulante	46	146
-------------------------	-----------	------------

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 04/06/2023.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDÉS. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDÉS são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.402	921
Recursos em trânsito de terceiros	1.532	1.092
Total circulante	2.934	2.013

Provisão para garantias financeiras prestadas	3.568	2.744
Total não circulante	3.568	2.744

Total	6.502	4.757
--------------	--------------	--------------

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	Provável	50	80
Cível	Provável	556	273
Total não circulante		606	353

Natureza	31/12/2021	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2022
Trabalhista	80	-	(30)	50
Cível	273	306	(23)	556
Total não circulante	353	306	(53)	606

Em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 469 e R\$ 78 (dezembro de 2021 - R\$ 39 e R\$ 61), respectivamente.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 13 (dezembro de 2021 - R\$ 0), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Transações com cartões de crédito	28.101	19.649
Provisão para pagamentos a efetuar	2.410	1.899
Cotas de capital a pagar	2.697	2.516
Provisão para participações nos lucros	4.122	3.442
Fundo de assistência técnica, educacional e social	6.397	5.700
Fundos voluntários	1.299	1.082
Impostos e contribuições a recolher	1.657	862
Credores diversos	1.083	1.186
Cobrança e arrecadação de tributos	232	174
Pendências a regularizar	-	73
Total	47.998	36.583

Total circulante	47.998	36.583
-------------------------	---------------	---------------

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasses dos custos sobre a carteira de aquisição).

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	104.539	83.906
Total de associados	27.255	22.505

Em 31 de dezembro de 2022, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 20.633 (dezembro de 2021 – R\$ 9.363), sendo R\$ 17.894 (dezembro de 2021 – R\$ 7.979) via integralização de resultados e R\$ 5.116 (dezembro de 2021 – R\$ 4.486), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.377 (dezembro de 2021 – R\$ 3.102).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 12,1% em Conta Capital, no montante de R\$ 10.899 (dezembro de 2021 – R\$ 3.120), calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/09, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados, a partir do resultado líquido antes das destinações estatutárias, de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 70% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 2% para a constituição do Fundo Social, destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – SICREDI FUNDOS GARANTIDORES

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2022 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG, na forma de doação, no valor de R\$ 632 (R\$0 em dezembro de 2021), registrada no grupo de "Outros Ingressos e Receitas Operacionais", conforme nota 26.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	75.496	57.609
Participação nas sobras	(4.066)	(3.430)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	71.430	54.179
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(29.286)	(24.381)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	28.615	23.481
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	4.469	1.404
Demais adições e exclusões previstas na legislação	147	9
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e retornou para 15% a partir de janeiro de 2022. A partir de agosto, a Lei 14.446/2022 trouxe uma majoração de 1% na alíquota das instituições financeiras, com vigência até dezembro de 2022.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Administradora de Cartões (em dezembro de 2020), Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	16.406	9.909
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	431.928	166.214
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	94.238	85.787
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	1.323	1.204
Outros ativos (Nota 09)	374	560
Intangível (Nota 10)	1.653	1.693
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	86.780	32.886
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	558.368	427.635
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	6.447	7.978
Outros passivos (Nota 17)	26.697	19.188
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	29.591	7.962
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 23)	9.623	9.570
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 26)	1.203	294
Ingressos de depósitos intercooperativos	12.198	3.826
Doação SFG (Nota 19)	632	-
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 22)	5.923	1.498
Operações de empréstimos e repasses	32.447	14.149
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 25)	934	649
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 27)	5.506	4.048

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2022	% em relação ao total	31/12/2021
Depósitos à vista	110	0,09%	245
Depósitos a prazo	1.656	0,50%	1.627
Operações de crédito	7.434	0,78%	4.046

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Pessoas chave da administração	1.832	1.545

NOTA 22 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos interfinanceiros	4.069	5.923	1.498
Depósitos de aviso prévio	69	124	50
Depósitos a prazo	16.429	26.213	7.113
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	317	553	440
Total	20.884	32.813	9.101

NOTA 23 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Cartões	2.335	4.318	3.006
Cobrança	311	602	467
Comissões	2	2	1
Consórcios	587	1.010	876
Convênios	485	719	493
Distribuição de produtos e serviços bancários	4.298	9.501	9.469
Processamento da compensação	9	16	18
Seguros	2.302	4.116	4.029
Taxas e tarifas	111	287	143
Serviços de pagamento	1	1	-
Antecipação de recebíveis	68	113	113
Outros serviços	24	48	47
Total	10.533	20.733	18.662

NOTA 24 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2022 auditado) (Não	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	7.542	13.942	10.842
Benefícios	2.525	4.533	3.279
Encargos sociais	3.061	5.476	4.213
Treinamentos	13	26	18
Total	13.141	23.977	18.352

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2022 auditado) (Não	31/12/2022	31/12/2021
Água, energia e gás	170	414	378
Aluguéis	751	1.440	1.142
Comunicação	275	567	544
Manutenção e conservação	623	1.249	932
Material de expediente	128	264	249
Processamento dados	699	1.240	507
Propaganda e publicidade	140	257	157
Promoções e relações públicas	1.368	2.399	1.242
Serviços do sistema financeiro	547	1.076	1.027
Assessoria e consultoria	61	121	114
Auditoria externa	40	40	41
Serviços jurídicos	108	280	197
Serviços de terceiros	462	659	458
Serviços de técnicos especializados	843	1.564	1.007
Serviços de vigilância e segurança	717	1.366	974
Serviços de transportes	218	436	336
Depreciação	1.141	2.153	1.330
Amortização (Rateio Confederação)	319	605	604
Amortização outros ativos intangíveis	45	77	5
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.458	2.240	1.273
Emolumentos e taxas diversas	201	317	151
Ressarcimento tarifas	45	85	116
Seguros	84	145	97
Outras despesas administrativas	1.076	1.667	1.156
Total	11.519	20.661	14.037

NOTA 26 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022 auditado) (Não	31/12/2022	31/12/2021
Absorção de dispêndios - FATES	1.458	2.240	1.273
Utilização de fundos voluntários	728	958	671
Lucros na alienação de valores e bens	16	18	819
Recursos recebidos Sicredi Fundos Garantidores (Nota 28)	632	632	-
Recuperação de encargos e despesas	1.540	2.576	1.281
Reversão de provisões operacionais	89	303	504
Reversão de provisões impostos folha	940	1.509	1.162
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	1.388	2.209	1.905
Reversão de provisões para passivos contingentes (Nota 16)	-	53	-
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	176	332	232
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	53	90	64
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	167	331	48
Outras rendas operacionais	633	695	219
Total	7.820	11.946	8.178

NOTA 27 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022 auditado) (Não	31/12/2022	31/12/2021
Descontos concedidos em renegociação e crédito	556	1.156	1.246
Contribuições Cooperativistas	77	155	147
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	66	130	95
Contribuição Confederação Sicredi	2.445	4.329	3.330
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	109	213	272
Provisões para garantias financeiras prestadas	2.103	3.514	1.974
Provisões para passivos contingentes (Nota 16)	3	306	269
Outras provisões operacionais	881	1.616	1.240
Operações com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	813	1.329	806
Risco operacional	74	106	74
Juros e comissões	29	29	28
Distribuição de produtos e serviços bancários	12	15	12
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	84	158	17
Outras despesas operacionais	255	470	414
Total	7.507	13.526	9.924

NOTA 28 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes das destinações	39.857	71.430	54.179
Recursos recebidos do Sicredi Fundos Garantidores (Nota 18)	(632)	(632)	-
Resultado recorrente	39.225	70.798	54.179

NOTA 29 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de garantias prestadas	219.394	169.916
Coobrigações em cessões de crédito	26	36
Total	219.420	169.952

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 30 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL**I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais;
- Identificação, coleta e tratamento de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização; • Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstas na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAS;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 31 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN n° 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	321.924	256.228
Nível I (NI)	321.924	256.228
Capital principal - CP	321.924	256.228
Capital social	104.539	83.906
Reservas de capital	205.949	163.040
Sobras acumuladas	13.510	11.293
Ajustes Prudenciais	(2.074)	(2.011)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.216.608	1.017.701
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	5.489	10.561
Margem de Capital	188.692	143.896
Índice de Basileia (PR / RWA)	26,46%	25,18%
Situação de Imobilização (Imob)	19.299	15.538
Índice de Imobilização (Imob / PR)	5,99%	6,06%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 32 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2022, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 33 – OUTRAS INFORMAÇÕES

I) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração das Cooperativas Singulares durante o exercício de 2022.

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

a) Resumo do Plano de Implementação:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo, etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

Salientamos, que em caso de emissão de normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21 pelo Banco Central do Brasil, será necessário a revisão do plano de implementação.

Carlos Augusto Dal Molin
Diretor Executivo
CPF: 432.675.300-59

Ramon Halberstadt
Diretor de Operações
CPF: 000.294.530-46

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20